



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho



revista fsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 16, n. 6, art. 12, p. 227-245, nov./dez. 2019

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2019.16.6.12>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



O Que Torna Possível uma Abordagem Pragmático-Enunciativa de Discursos?

What Makes a Pragmatic-Enunciative Approach to Discourses Possible?

Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues

Doutorado em Estudos da Linguagem Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: brunodeusdara@gmail.com

Endereço: Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento
de Estudos da Linguagem. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro – UERJ, Maracanã, 20550900 - Rio de
Janeiro, RJ – Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 05/06/2019. Última versão
recebida em 18/06/2019. Aprovado em 19/06/2019.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Neste ensaio, proponho discutir uma fundamentação filosófica para a Análise do Discurso que tenho praticado, cujo quadro teórico se assenta sobre os trabalhos de M. Bakhtin e D. Maingueneau. Nessa discussão, procuro tensionar conceitos oriundos dos estudos da enunciação, de É. Benveniste, e da pragmática, de J. Austin, com o intuito de promover uma articulação entre esses referenciais. Considerações acerca das noções de subjetividade e de performativo serão enfatizadas, na discussão proposta.

Palavras Chaves: Discurso. Enunciação. Pragmática.

ABSTRACT

In this essay, I propose to discuss a philosophical foundation for the Discourse Analysis that I have practiced, whose theoretical framework is based on the works of M. Bakhtin and D. Maingueneau. In this discussion, I try to stress concepts derived from the studies of enunciation, from É. Benveniste, and the pragmatics of J. Austin, in order to promote a link between these references. Considerations about the notions of subjectivity and performative will be emphasized in the proposed discussion.

Keywords: Discourse. Enunciation. Pragmatic.

1 INTRODUÇÃO

Neste ensaio, considero como ponto de partida um desejável trabalho de explicitação da reflexão filosófica acerca da concepção de linguagem que atravessa a Análise do Discurso que tenho praticado. Em uma caracterização mínima do quadro teórico a que me refiro, resalto uma dupla recusa: de um lado, a recusa de que a linguagem apreenderia o mundo caótico em uma ordem inteligível e, de outro, a recusa de que os elementos da linguagem forneceriam significados para o mundo que lhes seria anterior e exterior. Uma busca permanente por responder a essa dupla recusa tem possibilitado a formulação de um quadro teórico que pode ser apresentado aqui recorrendo a dois princípios teóricos: i) os enunciados proferidos produzem sentido a partir da relação estabelecida com um conjunto de outros enunciados – princípio do interdiscurso; ii) os enunciados proferidos supõem e, simultaneamente, instauram os grupos que os sustentam – princípio da simultaneidade entre linguagem e mundo.

No trabalho de elaboração a partir desses princípios, destaco, em especial, o interesse pelo encontro entre estudos enunciativos e pragmáticos. Para isso, considero que as discussões seminais de É. Benveniste e J. Austin contêm movimentos teóricos relevantes e que se mantêm atuais para os desafios contemporâneos para os estudos do discurso. Desse modo, buscar tensionar conceitos de base dessas orientações possibilita sustentar, no âmbito da abordagem discursiva em questão, tanto a recusa de uma concepção forte de representação, quanto a afirmação da linguagem como “forma de vida”.

De inspiração arqueológica¹, o trabalho proposto aqui investe em discussão filosófica que se pauta não por uma inspeção das tradições, ou por um pretense acompanhamento das continuidades, mas pela afirmação das críticas que potencializam a emergência de conceitos elaborados como formulações que remetem insistentemente a esse campo de tensões. A partir desse delineamento, o trabalho que proponho aqui não parte das afinidades, das proximidades ou das convergências como pista a ser privilegiada. Opto por percorrer as linhas de composição de reflexões situadas, buscando tensionar certos traços de um dado conceito e indicando possibilidades de aliança, pontos de contato não necessariamente presentes desde de sua origem.

¹ Refiro ao empreendimento teórico proposto por Michel Foucault, que se caracteriza por uma forte crítica aos conceitos de base da epistemologia clássica, tais como “tradição”, “continuidade”, “obra”, “autor, entre outros, que se pautavam por uma perspectiva cronológica linear e por um desenvolvimento do pensamento pretensamente contínuo e acumulativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Circunscrevendo uma hipótese de leitura

Assumir o interesse pela concepção de linguagem como “forma de vida” como fundamento a partir do qual seja possível tensionar conceitos oriundos de disciplinas distintas no campo dos estudos da linguagem requer, de um lado, o investimento em um trabalho não necessariamente já percorrido em definitivo e, por outro lado, o diálogo com uma hipótese de leitura que encontra ressonância em iniciativas diversas, heterogêneas e, ao mesmo tempo, já há muito ensejando a atividade do pensamento sobre a linguagem.

Em certo sentido, é possível apostar na hipótese de leitura segundo a qual o fundamento das tensões mencionadas anteriormente remeteria ao mundo grego antigo. Em outras palavras, haveria já na filosofia clássica o reconhecimento de vertentes que se assentariam em uma compreensão acerca da linguagem como plano de descrição de um real exterior e, simultaneamente, o desejo de afirmação da linguagem como plano constitutivo das experiências.

Sem me concentrar, neste momento, nas consequências filosóficas e políticas que a hegemonia da concepção representacionista teria produzido sobre o percurso dos estudos da linguagem, proponho centrar considerações na produtividade que tal hipótese de leitura possa fornecer ao interesse por atribuir à interface entre enunciação e pragmática fundamentação para uma abordagem discursiva, que tem sido designada, por essa razão, de “base pragmático-enunciativa”.

Desse modo, meu itinerário aqui busca inspiração em Martins (2004), segundo a qual uma reflexão sobre a linguagem, originada no mundo grego antigo, teria como pano de fundo uma reflexão sobre a verdade: “quase tudo aquilo que se diz ou insinua sobre a linguagem na filosofia desse período parece supor (ou motivar) uma tomada de posição no debate maior quanto à questão da verdade” (MARTINS, 2004, p. 449).

Com efeito, as tensões a que me proponho percorrer aqui encontrariam ressonância no debate filosófico que caracterizou, em certa medida, o mundo grego antigo. A título de ilustração, remeto a Górgias, em “Elogio a Helena”, flagrando uma espécie de reflexão de natureza metalinguística. Apenas para se ter uma ideia do tipo de interesse que haveria na reflexão em questão, registro que, entre as diferentes vertentes de reflexões abertas na Antiguidade, Nef (1995) afirma que o questionamento proposto por Górgias acerca da relação

entre linguagem e realidade se situaria no espaço que, muito mais tarde, se teria delimitado como “semântica”.

A respeito das articulações entre linguagem, corpo e afetos, Górgias afirma: “Um discurso é um grande senhor que, por meio do menor e mais inaparente corpo, leva a cabo as obras mais divinas. Pois é capaz de fazer cessar o medo, retirar a dor, produzir alegria e fazer crescer a compaixão” (Elogio a Helena²). No trecho, a série de elementos atribuídos ao “discurso” transita entre “grande senhor”, “menor e mais inaparente corpo” e “as obras mais divinas”. Trata-se de elementos que, vistos em série, sustentam, de certo modo, um paradoxo – esse “grande senhor” age no infinitesimal, provocando efeitos “divinos”.

Outros dois trechos interessariam ainda ao empreendimento proposto aqui. No primeiro deles, a “persuasão da alma” é tematizada por meio de um efeito de “constrangimento”: “Com efeito, o discurso que persuadiu a alma constrangeu a que persuadiu tanto a acreditar nas coisas ditas, quanto a concordar com as coisas feitas.” (Elogio a Helena). No trecho, o “constrangimento” – e não o “convencimento” – produzem efeitos de “acreditar nas coisas ditas” e “concordar com as coisas feitas”. Um primeiro comentário remeteria ao fato de que o constrangimento produz alianças – “acreditar” e “concordar” –, vislumbrando, com isso, relações de poder que se constroem simultaneamente ao exercício da palavra. Um segundo aspecto a ser destacado procuraria evidenciar uma certa conjugação sugerida entre “coisas ditas” e “coisas feitas” – entre *dizer e fazer*.

Um segundo fragmento destacado de Górgias parece fornecer mais um elemento acerca dessa ordem de considerações: “quis escrever o discurso, por um lado, como um elogio de Helena, por outro lado, como um brinquedo” (Elogio a Helena). No trecho, ao “discurso” se vinculam tanto uma finalidade – “como um elogio” –, quanto um tipo de uso – “como um brinquedo”. Essa dupla vinculação parece sugerir que se evite justamente reduzir tudo o que se pôde propor pelo exercício da linguagem ao projeto de seu locutor – “quis escrever o discurso...”. Tais considerações parecem encontrar ressonância na caracterização a respeito da vertente filosófica na qual se inscreve Górgias. Com efeito, sofistas enfatizam a “volatilidade dos consensos sobre a fixidez da verdade” (MARTINS, 2004, p. 453). Dito de outro modo, aos sofistas é atribuído de modo mais recorrente um *relativismo*, a tese radical “da impossibilidade de estabelecerem-se verdades universalmente válidas, autônomas com relação às circunstâncias concretas, contingentes e variáveis da experiência humana” (MARTINS, 2004, p. 450).

² Tradução disponível em: anagnosisufmg.blogspot.com

Assumindo a relação com a verdade como critério para análise das vertentes filosóficas em debate, reconhece-se, ainda que não tenha recebido o lugar de destaque no desenvolvimento do pensamento ocidental, como potente uma orientação que afirma a provisoriedade do vínculo linguagem/mundo: “jamais dissociando-se dos assuntos humanos de que tomam parte, [as expressões] inscrevem-se circunstanciadamente no fluxo dessas práticas, com efeitos possíveis muito variados, efeitos que podem talvez ser *estimados* mas nunca *garantidos* de antemão” (MARTINS, 2004, p. 453).

Essa aposta se caracteriza tanto por sustentar uma fragilização das formas aparentemente estáveis do mundo, privilegiando um estado de coisas sempre em devir, quanto por afirmar uma dimensão de intervenção da linguagem sobre o mundo ao qual se propõe descrever. Em contraposição à filosofia da representação, por razões diversas, a linguagem não poderia propor uma certa ordenação do mundo, fornecendo-lhe elementos que o tornariam inteligível, nem o mundo estaria à disposição da linguagem para que pudesse ser captável e apreensível.

Outro ponto forte de torção das premissas que insistem em vislumbrar na linguagem um plano de ordenação do mundo nos remete à filosofia da diferença, que encontra em F. Nietzsche um expoente avassalador. Para o autor, as limitações apontadas anteriormente a respeito de uma pretensa superposição entre a ordem da linguagem e as formas do mundo apenas ilusoriamente poderiam se constituir segundo esse jogo de dupla captura. Longe de corresponder a um funcionamento estável e reconhecível, a tensão entre mundo e linguagem é debatida como uma série metafórica, em que conceito, imagem e som não se associam senão por deslocamentos provisórios:

“A ‘coisa em si’ (tal seria justamente a verdade pura sem consequências) é, também para o formador da linguagem, inteiramente incaptável e nem sequer algo que vale a pena. Ele designa as relações das coisas aos homens e toma em auxílio para exprimi-las as mais audaciosas metáforas. Um estímulo nervoso, primeiramente transposto em uma imagem! Primeira metáfora. A imagem, por sua vez, modelada em um som! Segunda metáfora.” (NIETZSCHE, 1983, p. 47)

A retomada bastante pontual a que ora procedemos não corresponde a qualquer projeto de reconstituir uma pretensa linearidade histórica, que nos uniria à filosofia antiga. Talvez, em maior afinidade com o “estranho castigo”, outrora denunciado por Foucault, seja “preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela se abrisse” (FOUCAULT, 2005, p. 6). Para o autor, essa imposição ao exercício incessante de “começar”,

a que seríamos forçados pela ação contínua das instituições, se opõe a uma inquietação com os discursos:

“... inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades” (FOUCAULT, 2005, p. 8)

Parece ser produtivo, desse modo, delimitar uma tensão que se reelabora de diferentes modos nas reflexões contemporâneas sobre a linguagem. Procuro, no próximo item, delimitar o modo como a conexão entre teoria do discurso e reflexão filosófica tem sido pensada, para circunscrever o caminho que pretendo percorrer aqui.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 As análises do discurso e um exercício de constituição de suas fronteiras

Com efeito, a atualidade dessa discussão reside, a meu ver, entre outros aspectos, na intensa profusão de rótulos de abordagens discursivas, que nos convocam não apenas ao desenvolvimento de sua prática, mas também a uma constante reflexão meta-teórica.

Em seu gesto fundador de um tipo de trabalho com a linguagem proveniente do deslocamento entre territórios disciplinares, M. Pêcheux (1997) salientava a necessidade de escavar as implicações teóricas e políticas das práticas de análise vigentes. A respeito desse trabalho sobre as fronteiras disciplinares, Orlandi, destaca que;

“... não se trabalha, como na Linguística, com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. Nem se trabalha, por outro lado, com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam” (ORLANDI, 2005, p. 16).

Nesse empreendimento teórico e também, como ele próprio destacava, político, noções como as de *condições de produção*, *formação discursiva* e *interdiscurso* atestam a preocupação com a aposta de que os enunciados não se vinculariam primordialmente aos sujeitos que os proferiram, nem a um estado de coisas que lhes seria exterior. As referidas noções apontam para considerações acerca da instância subjetiva e dos processos sociais que não se permitiriam apreender apenas por suas formas visíveis mais imediatas. Em outras palavras, a instância

subjetiva não se reduz à forma individual que se impõe diante de mim no momento em que toma a palavra, assim como os eventos sociais não se circunscrevem apenas ao que se *descreve* no momento em que se diz algo – essas formas do mundo pretensamente evidentes e anteriores aos enunciados.

Essa dupla recusa – de uma instância subjetiva reduzida à forma individual que põe enunciados em circulação e de um social comprimido aos contornos que se evidenciam nas situações imediatas – parece ter motivado parte do empreendimento teórico no âmbito dos estudos do discurso e as interfaces disciplinares construídas nesse percurso de reflexão. Mais recentemente, D. Maingueneau (2015a, 2015b) vem propondo uma categorização desse percurso de interfaces disciplinares, considerando ora três modalidades de encontro e interesse, ora reagrupando-os em duas vertentes. Em artigo publicado originalmente em 2012 e traduzido em 2015, Maingueneau sugere que sejam consideradas três populações de discursivistas.

No primeiro grupo, o autor inclui “os pesquisadores cuja visada é de ordem filosófica ou para-filosófica” e ligados a temas como “o poder, a diferença sexual, a subjetividade, a escritura, a dissidência, o pós-colonialismo...” (MAINGUENEAU, 2015a, p. 32). No segundo grupo, o autor circunscreve “os que utilizam a análise do discurso como ‘método qualitativo’ disponível na caixa de ferramentas das ciências sociais”, afirmando que esse tipo de interesse não teria o projeto de propor qualquer reflexão acerca dos conceitos e métodos empregados, mas de, por meio dele, fazer emergir saberes que tenham vinculação com outros territórios disciplinares. Como advertência a esse tipo de emprego, o autor considera que “o risco de tal uso da análise do discurso é de apagar, ou, ao menos, borrar a fronteira entre o estudo do discurso e as técnicas típicas da análise de conteúdo” (MAINGUENEAU, 2015a, p. 34). Já o terceiro grupo, o autor estabelece que “é constituído pelos pesquisadores que se esforçam por manter um equilíbrio entre a reflexão sobre o funcionamento do discurso e a compreensão de fenômenos de ordem sócio-histórica ou psicológica” (MAINGUENEAU, 2015a, p. 34-35).

Sem que haja qualquer menção à formulação anterior, o autor propõe reagrupar essas três categorias de discursivistas em apenas duas, uma das quais se subdividiria. Mantendo o divórcio entre o grupo de discursivistas que recorrem à noção de discurso como uma categoria de ordem filosófica e manifestam interesse pelos estudos culturais e pelo construcionismo e o grupo que se interessa por um tipo de corpus e o investiga de diferentes modos e a partir de ferramentas teórico-metodológicas distintas, Maingueneau (2015b) sugere privilegiar o trabalho com um tipo de material específico como critério preponderante. A esse segundo grupo o autor proporá uma subdivisão interna, procurando destacar o recurso à análise do discurso como ferramenta metodológica de investimento em formulações teórico-

metodológicas. Uma avaliação dessa reformulação já pôde ser observada em Deusdará e Rocha:

“A rearrumação do campo proposta pelo autor denuncia, ainda que se o explicitar, o claro privilégio da natureza e do tipo de relação mantida com um corpus específico, tanto para promover a separação entre os dois grupos, quanto para proceder à subdivisão interna do segundo grupo” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2018, p. 18).

Essa rearrumação produz um efeito que considero negativo, conforme já apontado, que é o de “apartar em excesso um território disciplinar em torno da linguagem de outras áreas conexas, cujo intercâmbio conceitual se mostrou indispensável desde os primeiros gestos de uma perspectiva discursiva” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2018, p. 18). Como se pôde observar, o trabalho reflexivo a respeito da concepção de linguagem que orienta a perspectiva discursiva em que tenho investido parece constituir-se como um exercício produtivo justamente pela possibilidade que se vislumbra de restituir uma dimensão dos estudos do discurso que se encontra em disputa.

Uma outra advertência que se imporia ao trabalho reflexivo situado na interseção entre as perspectivas enunciativa e pragmática encontra-se formulada a seguir. Inicialmente, a aproximação entre a análise do discurso e a enunciação se constituiria por um exercício bastante delicado, para não dizer controverso, conforme se pode notar no seguinte trecho: “o desconforto dos analistas do discurso com o campo da enunciação deve-se, em especial, ao entendimento de que Émile Benveniste apresentaria uma concepção egocêntrica da subjetividade” (FLORES, 2017, p. 57).

Merece ainda destaque, considerando a proposta de reflexão formulada, a seguinte citação: “A pragmática é o verdadeiro Outro da AD. Por mais que também combata as gramáticas formais e universais, que se afaste das sociologias da linguagem e das semânticas lógicas, seu verdadeiro adversário é a pragmática” (POSSENTI, 2003, p. 363).

À primeira vista, o posicionamento apresentado anteriormente inviabilizaria o projeto que proponho aqui – a pragmática e a análise do discurso se caracterizam pela disputa por se circunscrever, por meio de aparatos teórico-filosóficos distintos, no mesmo lugar epistemológico. Tal reconhecimento tornaria inviável o empreendimento de buscar pontos de contato que pudessem favorecer o desenvolvimento dos quadros teóricos em discussão.

Considerar ser possível realizar aqui um duplo movimento que se caracterizaria por acolher as advertências acima apresentadas e, simultaneamente, insistir no trabalho reflexivo ora proposto. Para tanto, será preciso dissociar a menção que se faz aqui aos limites constituídos tanto pela enunciação quanto pela pragmática como disciplinas que concorrem no

campo dos estudos da linguagem do debate filosófico que se pauta por uma concepção orientada pela enunciação e pela pragmática como formas de conceber das práticas de linguagem.

Dessa forma, considero necessário ressaltar que o interesse por uma filosofia da linguagem que a afirme como “forma de vida” se encontra na base de diversas propostas teóricas. A AD que tenho praticado vem assumindo o encontro entre os estudos pragmáticos e enunciativos como ponto de interseção produtivo e potente para uma intervenção teórica. Nessa direção, pretendo recuperar aspectos dos estudos em pragmática e em enunciação que temos considerado potentes para a construção teórica na abordagem discursiva.

3.2 Uma perspectiva enunciativa e sua contribuição para a compreensão do sujeito na linguagem

Assumo o artigo intitulado “Da subjetividade na linguagem”, de É. Benveniste, originalmente publicado em 1958 e reproduzido no volume I da coletânea Problemas de Linguística Geral, como texto-síntese da provocação que a perspectiva enunciativa pode fornecer aos estudos do discurso. A intervenção do autor no referido texto já se inicia circunscrevendo uma polêmica: a linguagem *não* pode ser observada como um instrumento de comunicação.

Alguns aspectos possibilitam situar a discussão proposta pelo autor e contribuem para justificar a escolha feita. A publicação original data de 1958, mais de uma década após “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, de 1946, e dois anos mais tarde em relação “A natureza dos pronomes”, de 1956. Nota-se, desse modo, que o texto de nosso interesse expressa uma reflexão, de certo modo, já amadurecida, tendo inclusive formulado nas referências anteriores a distinção “pessoa” / “não pessoa”, que critica a ilusória simetria entre as pessoas, produzida pela clássica descrição gramatical.

Apenas para fornecer elementos que considero relevantes para o propósito do trabalho reflexivo aqui proposto, recupero, de modo sintético, os critérios formulados para estabelecer a distinção mencionada anteriormente: i) a unicidade específica – “o ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos” (BENVENISTE, 2005, p. 253); ii) a inversibilidade – “o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’” (BENVENISTE, 2005, p. 253); iii) predicação verbal – “a ‘terceira pessoa’ é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente” (BENVENISTE, 2005, p. 253).

Desses três critérios, as noções de unicidade e de inversibilidade sugerem um interesse pelo estabelecimento da situação de troca verbal como instância privilegiada do funcionamento das línguas.

Já, em “Da subjetividade na linguagem”, além de se situar cronologicamente posterior à proposição do par “pessoa” / “não pessoa”, o fato de ter sido publicado em periódico da área de psicologia parece ter favorecido sua vocação filosófica mais acentuada. Ainda no início do texto serão fornecidos argumentos relevantes para a recusa apresentada. Transcrevo a seguir um trecho mais longo que permite o processo de desconstrução sustentado:

“Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso realmente que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 2005, p. 285).

No trecho em destaque, diversos aspectos parecem encontrar ressonância com o projeto de reflexão ora proposto. Destaco a associação feita entre a dimensão conceitual e instrumentos concretos, que possuem, nas experiências humanas, usos e finalidades particulares e explicitamente utilitárias. Com essa associação, ganha relevo a distinção entre natureza e cultura. A natureza remete à ordem daquilo de que não se pode afastar, em oposição aos instrumentos, fabricações que respondem a necessidades concretas e que, portanto, possuem finalidades específicas. Por meio dessa cadeia associativa se pretende desconstruir a atribuição à linguagem de uma propriedade instrumental. A razão fundamental para essa desconstrução residiria na proposição de que o homem não pode se afastar da linguagem. Mesmo a circulação de palavras entre um e outro indivíduo forneceria a indevida ilusão de que esses elementos pudessem exibir uma exterioridade – “um pedaço de mim”, uma “metade exilada de mim”, como quis o poeta.

O autor considera uma ingenuidade imaginar que, em um período remoto, “um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 285).

A polêmica apresentada pelo autor merece certo destaque por conter elementos que nos interessam especialmente:

“Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um

homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 2005, p. 285).

Em todo o fragmento o que se observa, na recusa da visão instrumental da linguagem, é o fato de que ganha contorno uma concepção sobre a própria condição do humano: “a linguagem ensina a própria definição de homem”, destaca o autor. Uma condição humana que se funda, poderíamos dizer, nas interações, marcada pelo signo da alteridade. Não há “homem completo” antes dos encontros possibilitados pela linguagem.

“A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Há, nessa elaboração, que merece destaque e que, a meu ver, poderia ser ampliado: a recusa da anterioridade de “um homem completo” e um “mundo dado” frente à linguagem.

Na sequência, o autor proporrá uma definição de subjetividade como “a capacidade do locutor de se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Em outra fórmula proposta, “é ‘ego’ que *diz ego*”. Nessa fórmula, há uma instigante correlação entre ser e dizer. Se uma das leituras atribuídas a analistas do discurso teria compreendido nela um destaque excessivo à instância egóica, de minha parte, gostaria de ressaltar uma outra leitura. Longe de encontrar um paralelo e expressões como “sou o que digo” – que teria entre outros aspectos o inconveniente de associar à subjetividade o conteúdo “do que digo” e que confundiria “dizer” com “expressar uma substância interna” e anterior ao dizer. Em outra direção bastante distinta, a fórmula proposta parece afirmar uma dimensão de atualidade entre tomar a palavra e investir-se na instância subjetiva – ser é tomar a palavra.

Outras passagens do texto parecem reforçar essa direção assumida aqui: “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Como se observa, também aqui é a própria tomada da palavra que investe o locutor na condição de sujeito – denominada aqui como *dimensão de atualidade*.

“Caem assim as velhas antinomias do ‘eu’ e do ‘outro’, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja p *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do ‘próximo’, ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É numa relação dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade”. (BENVENISTE, 2005, p. 287)

Talvez a própria enunciação do autor pudesse nos inspirar em seu tom simultaneamente ritual e impositivo que ela sustenta, em “caem assim as velhas antinomias do ‘eu’ e do ‘outro’!” A distância entre indivíduo e sociedade soterrada pelo autor é um princípio teórico a ser constantemente perseguido, que se realiza por um duplo movimento: o reconhecimento de uma dimensão de alteridade – fundada na ideia de que o ‘eu’ se inscreve tão somente pelo contraste com um ‘tu’, em relação ao qual se define e com o qual mantém uma dinâmica de reversibilidade – e de uma dimensão de atualidade da subjetividade – caracterizada pelo funcionamento microfísico, para usar um termo foucaultiano, da enunciação, a que a cada tomada da palavra se realizasse conjuntamente a reivindicação de inscrição do indivíduo na instância subjetiva. Com efeito, é a própria figuração da subjetividade na linguagem que ganha contornos bastante distintos de um senso comum e, possivelmente, de uma concepção atribuída em outro momento ao próprio autor, segundo a qual o sujeito não preexiste às situações de trocas verbal, ao contrário, ele se constituiria justamente como efeito da tomada da palavra pelo indivíduo. Dito de outro modo, sujeito não é a forma visível que se impõe diante de mim, mas um efeito que não está nem dado de antemão, nem garantido por suas condições de visibilidade, mas sempre submetido às circunstâncias concretas nas quais emerge.

3.3 Uma perspectiva pragmática e a contribuição da performatividade

Neste item, recupero as condições teóricas por meio das quais J. L. Austin formula a noção de *performativo*, destacando questões relevantes para a problematização possibilitada para o campo dos estudos do discurso. Com efeito, o interesse pela referida noção se justifica pelo modo como ela permite restituir os vínculos entre linguagem e mundo, possibilitando fragilizar a anterioridade do mundo frente a sua pretensa descrição pelo material verbal. Não obstante se possa igualmente apreender elementos que acabaram por conduzir a uma sanha taxiconômica em alguns de seus desdobramentos, tal como Rajagopalan (2010) tem procurado demonstrar, interessa-nos especialmente o movimento observado na proposição teórica de Austin.

Ao propor a distinção entre performativos e constativos, em sua 1ª Conferência, Austin orienta sua observação para declarações que atendam às seguintes condições: “A. que nada ‘descrevam’ nem ‘relatem’, nem constatem, nem sejam ‘verdadeiros ou falsos’; B. cujo proferimento da sentença é, no todo ou em partes, a realização de uma ação, que não seria normalmente descrita consistindo em dizer algo” (AUSTIN, 1990, p. 24).

Desse modo, o retorno à formulação original permite observar que a proposição de uma noção capaz alterar significativamente percursos teóricos no âmbito dos estudos linguísticos ocorre em simultaneidade com propriedades implicitamente atribuídas à linguagem, que poderíamos considerar em tensão. Em “A”, pode-se supor que se refira às declarações como enunciados que podem “descrever”, “relatar”, “constatar”, “ser verdadeiros ou falsos”. Tais funções da linguagem mantêm uma ordem de coisas segundo a qual se poderia considerar que a linguagem se concebe como primordialmente rerepresentando eventos que lhe seriam exteriores. O destaque que confiro à coexistência de traços/conceitos apontando para modos distintos de conceber a interface linguagem/mundo sugere que estejamos flagrando um pensamento em ato – um pensamento sustentando em movimentos heterogêneos capazes de interrogar um desejo de homogeneidade. Como em um filme cujas cenas seguintes sejam conhecidas, já sabemos que parte do que se pôde indicar acima ensejará uma revisão de seu pensamento. O desenvolvimento proposto possibilitará, para além de restringir a presença de elementos que remetam a uma concepção representacional da linguagem, ampliar a noção de performativo.

Retomemos as condições iniciais a partir das quais a noção de performativo pôde ser formulada. Se, na categorização apresentada acima, o autor pretendia distinguir sentenças que descrevem certas situações de sentenças cujo proferimento inscrevam um ato, na sequência o autor proporá observações mais específicas a respeito da relação entre o proferimento de uma sentença desse tipo e as circunstâncias nas quais elas ocorrem:

“É sempre necessário que as circunstâncias em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, apropriadas; frequentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas ações de certo tipo, quer sejam ações ‘físicas’ ou ‘mentais’, ou mesmo o proferimento de algumas palavras adicionais” (AUSTIN, 1990, p. 26).

Por razões cujas motivações extrapolam o projeto deste texto, as considerações de Austin parecem oferecer certas limitações à potência de sua formulação aos performativos. A esse respeito, caberia dizer que, ainda que não interesse tanto determinar se teria sido este o propósito de seu autor, tais limitações encontrarão desdobramentos no modo como a referida teorização assumirá feições em alguns de seus desdobramentos.

Entre os ecos de sua teorização, Rajagopalan fornece uma síntese a respeito do modo como o pensamento de Austin que se expressa em formulação anterior instaura uma reflexão potente:

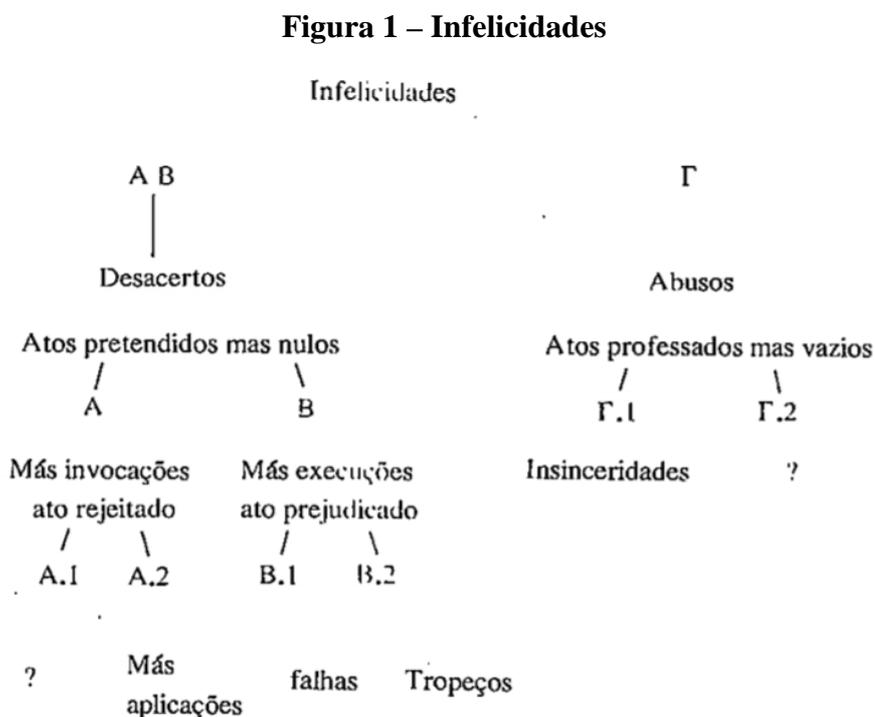
“... a verdade não é algo de que nos aproximamos graças aos instrumentos oferecidos pela filosofia convencional, mas algo invariavelmente mediado pela linguagem. Da

perspectiva convencional, a verdade teria a pretensão de considerar-se anterior a si mesma. Mas o fato é que considerar algo verdadeiro é realiza um ato de fala que endossa o fato como verdadeiro ou lhe garante um selo de aprovação” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 27).

Retornamos ao texto de Austin, observando as seis regras propostas, agrupadas duas a duas: A.1) há um procedimento convencional (que inclui palavras, pessoas e circunstâncias); A.2) há pessoas e circunstâncias particulares adequadas a esse procedimento; B.1) esse procedimento convencional deve ser executado, nessas circunstâncias; B.2) essa execução se dá de modo completo; Γ.1) as intenções dos participantes devem estar convergentes com os pensamentos e sentimentos invocados pelos procedimentos; Γ.2) a condução dos participantes se revela segundo esses critérios.

Nos grupos A e B, estariam os *desacertos*, nos quais se inscreveriam os atos pretendidos, mas nulos de dois tipos: as *más invocações* (A.1 e A.2) e as *más execuções* (B.1 e B.2). No grupo Γ, estariam os *abusos*, caracterizando ato proferidos, mas vazios.

Essa classificação encontra-se esquematizada pelo autor:



(Fonte: AUSTIN, 1990)

Exemplos como o batismo de um navio ou a ordem para pegar lenhas parecem expor uma predileção por uma concepção de poder assentada em rituais convencionais e nos poderes

cuja legitimidade se encontra pacificada. Convenções e procedimentos tais como formulados pelo autor remetem à ordem do instituído. Talvez seja preciso reconhecer nessa discussão um aspecto que não parece alcançar uma simples solução. Os rituais fazem ver atos instituintes, produtores de certos arranjos no mundo. Ao mesmo tempo, esses arranjos correspondem e se desdobram a partir de uma função de reiteração das instituições a partir das quais se tornam possíveis e, em alguma medida, inscrevem sua legitimidade.

Ainda que seja possível observar tal predileção no modo como delimita os fenômenos de interesse em sua formulação – observação que só ganharia qualquer sentido, se se puder assumir a elaboração do autor como quadro de referência e pretender com ele estabelecer o tipo de diálogo que ora desejamos constituir –, a noção de performativo não parece se fixar na polêmica apresentada anteriormente. Ao contrário, a problemática que se encontra na base da referida noção tem possibilitado inclusive reflexões que permitam ir além das condições originais de sua formulação. A esse respeito, remetemos a Tedesco:

“A preocupação restringe-se ao reconhecimento do elo do dizer com as convenções sociais com as regras sociais já consagradas. Não houve interesse e conhecer o próprio processo de engendramento da força ilocutória. A questão da gênese da performatividade das palavras teria sido esquecida” (TEDESCO, 2008, p. 121).

Para além de pretender incidir sobre a problematização aberta pela discussão anterior, julgo necessário ressaltar um aspecto que considero bastante relevante para a atualidade da investigação no campo dos estudos do discurso: a questão da *gênese da performatividade*. Em outras palavras, o que vem tornando possível que a reiteração dos rituais instituídos? Quais são as condições de instauração de novos modos de habitar o mundo que não sejam antecipáveis pelos rituais atuais?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, pudemos investir na atualidade de uma hipótese de leitura, qual seja a de que as tensões coexistentes nos diferentes modos de conceber a linguagem resistem desde o mundo grego antigo. Com efeito, essas tensões vêm ganhando contornos diversos e acionando embates variados.

A atualidade reivindicada aqui se circunscreve a um território situado no campo dos estudos do discurso, cuja relação com a reflexão filosófica nem sempre é reconhecida e afirmada como tal. Nessa direção, foi possível revisitar o modo como as populações de

“discursivistas” têm sido distribuídas, produzindo como um de seus efeitos um excessivo distanciamento frente às questões filosóficas que forneceram bases potentes de reflexão e análise.

Diante do investimento realizado, pudemos identificar alguns desafios que parecem fornecer elementos a serem considerados. De um lado, ressaltamos uma reflexão acerca da subjetividade que se desloca frente ao senso comum que supõe serem os sujeitos instâncias visíveis (individuais?) e essenciais a partir dos quais os enunciados seriam proferidos. A discussão empreendida por Benveniste possibilita caminhar no sentido de assumir os sujeitos como efeitos da tomada da palavra pelos locutores. Essa instância se caracterizaria por uma dimensão de *alteridade*, constituindo-se em contraste com um ‘tu’ ao qual se dirige, e uma dimensão de *atualidade*, evidenciando sua simultaneidade como o próprio ato de tomada da palavra.

Já com a aproximação em relação às investigações pragmáticas de J. L. Austin, foi possível identificar uma tensão fundante: os atos que se realizam pela linguagem demandariam necessariamente condições externas (e anteriores?) para assegurar sua realização? Desse modo, os performativos reconhecem mais do que um conjunto estável de fenômenos a serem designados por um conceito, mas uma problematização geral a respeito da relação entre linguagem e mundo. Essa problematização supõe, segundo pudemos destacar, uma dimensão de instituído – que, nas reflexões de Austin, se apresentava na predileção por exemplos rituais, por exemplo – que não pode desprezar a força instituinte de novos modos de habitar o mundo, não antecipáveis pelos rituais e instituições atuais.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas 1990.

BENVENISTE, É. “Da subjetividade na linguagem”. In: **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5ª. Ed. Campinas: Pontes, 2005, p. 284-293.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. “O que entendemos por ‘trabalhar em Análise do discurso’?”. In: DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D.; RODRIGUES, I. C.; PESSÔA, M.; ARANTES, P. C. C. (org.). **Em Discurso: cenas possíveis**. Rio de Janeiro: Cartonlina, 2018, p. 11-28.

FLORES, V. do N. **Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure**. São Paulo: Parábola, 2017.

Rev. FSA, Teresina PI, v. 16, n. 6, art. 12, p. 227-245, nov./dez. 2019

www4.fsnet.com.br/revista



FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MAINGUENEAU, D. O que pesquisam os analistas do discurso?. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, 2015a, p. 31-40. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42547/25810>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MARTINS, H. “Dizer e mostrar como performativos”. **DELTA**, v. 32, p. 633-645, 2016.

_____. “Três caminhos na filosofia da linguagem”. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.) **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 439-473.

NEF, F. **A linguagem**: uma abordagem filosófica. Trad. de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

NIETZSCHE, F. “Sobre a Verdade e a Mentira no Sentido Extramoral”. In: **Obras Incompletas**. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: abril Cultural, 1983, p. 41-52.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6ª. Ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Betânia Mariani et. al. Campinas: Ed.da Unicamp, 1997, p. 311-318.

POSSENTI, S. “Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas”. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.) **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353-392.

RAJAGOPALAN, K. **A nova pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola, 2010.

TEDESCO, S. “Linguagem: representação ou criação?” In: KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. (org.) **Políticas da cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 113-135.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

RODRIGUES, B. R. D. O Que Torna Possível uma Abordagem Pragmático-Enunciativa de Discursos?. **Rev. FSA**, Teresina, v.16, n. 6, art. 1, p. 227-245, nov./dez. 2019.

Contribuição dos Autores	B. R. D. Rodrigues
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X